

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO
CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA

ARTHUR SPERAFICO
HEROS VENÂNCIO TEIXEIRA
JULIA HADÁRA DAMBRÓS DA SILVA
LAVÍNIA ALMEIDA BRITO
MIRELLA BAUMGARDT BERNARDINO
THAYLANA SUÉLLEN PIETRONSKI
VITOR GABRIEL DE LIMA

Trabalho e estudo na juventude: problemas de conciliação e as relações com a vulnerabilidade social

Jaraguá do Sul
2026

ARTHUR SPERAFICO
HEROS VENÂNCIO TEIXEIRA
JULIA HADÁRA DAMBRÓS DA SILVA
LAVÍNIA ALMEIDA BRITO
MIRELLA BAUMGARDT BERNARDINO
THAYLANA SUÉLLEN PIETRONSKI
VITOR GABRIEL DE LIMA

Trabalho e estudo na juventude: problemas de conciliação e as relações com a vulnerabilidade social.

Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Conectando Saberes do Curso Técnico em Química, 1ª fase, do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Jaraguá do Sul – Centro, como integração entre as unidades curriculares e como eixo condutor à pesquisa.

Orientador: Prof. Luis Otávio Mendes

Jaraguá do Sul
2026

SUMÁRIO

1 TEMA.....	3
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	3
4 HIPÓTESES.....	3
5 OBJETIVOS.....	4
5.1 OBJETIVO GERAL.....	4
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
6 JUSTIFICATIVA.....	4
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
7.1 CONCEITO DE JUVENTUDE.....	5
7.2 CONCEITO DE TRABALHO.....	6
7.3 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	7
7.4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JUVENIL.....	7
7.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
8 METODOLOGIA.....	11
8.1 PÚBLICO ALVO.....	11
8.2 FERRAMENTAS.....	11
8.3 PROCEDIMENTOS.....	12
REFERÊNCIAS.....	13

1 TEMA

Trabalho e estudo na juventude: problemas de conciliação e as relações com a vulnerabilidade social.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Os desafios enfrentados pelos jovens estudantes trabalhadores do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Jaraguá do Sul - Centro, em relação à conciliação entre estudos e trabalho e a suas relações com a situação de vulnerabilidade social.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

É comum notarmos estudantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Jaraguá do Sul - Centro, precisando trabalhar para manter suas condições mínimas. Muitas vezes, por razões relacionadas à vulnerabilidade social, esses estudantes assumem responsabilidades financeiras ainda na adolescência, conciliando jornadas de trabalho com as exigências da formação escolar. Esse cenário pode gerar dificuldades relacionadas à gestão do tempo, ao cansaço físico e mental. Podendo se mostrar quando o aluno sente uma queda em seu rendimento escolar, deixa de ir às aulas presencialmente, reduz a sua participação em atividades extracurriculares ou apresenta índices de reprovação relacionados à condição de jovem trabalhador.

Esses fatores podem contribuir para a evasão escolar ou para vidas acadêmicas marcadas por reprovações e atrasos, limitando as oportunidades educacionais e profissionais futuras desses estudantes. Visto isso, em que medida a conciliação entre trabalho e estudos afeta a rotina, o rendimento acadêmico e a permanência escolar dos estudantes trabalhadores do Ensino Médio Integrado do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Centro? Como essa situação se relaciona com indicadores de vulnerabilidade social?

4 HIPÓTESES

- O ingresso dos estudantes no mundo do trabalho interfere negativamente na organização dos seus estudos e no seu rendimento acadêmico;

- A vulnerabilidade social impacta no ingresso precoce ao mundo do trabalho, já que os jovens que estão nessa situação tenderão a trabalhar mais cedo para ajudar na renda de suas famílias;
- O acesso a programas de assistência estudantil (como bolsas de permanência, auxílio transporte e alimentação) por estudantes em situação de vulnerabilidade social tendem a reduzir a necessidade de trabalhar precocemente, resultando em melhor desempenho acadêmico e menor risco de evasão.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como os jovens trabalhadores dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSC - Jaraguá do Sul - Centro lidam com a conciliação dos estudos e as atividades laborais.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os jovens que estudam e trabalham no ensino médio integrado;
- Verificar como os jovens fazem para conciliar os estudos e o trabalho;
- Relacionar o ingresso ao mundo do trabalho desses jovens com a possível situação de vulnerabilidade social deles;
- Investigar os impactos do trabalho no desempenho acadêmico desses estudantes;

6 JUSTIFICATIVA

O grupo notou que, na atualidade, é comum encontrar jovens que já trabalham enquanto ainda estão na escola. Percebe-se que grande parte dos estudantes que têm essa ocupação estão em situação de vulnerabilidade social e sofrem com muitos prejuízos em sua vida, como o cansaço, o baixo rendimento acadêmico e até mesmo a evasão escolar. Tal condição gera um estado de manutenção da vulnerabilidade e o impedimento de mobilidade social.

A escolha desse público justifica-se pela proximidade dos pesquisadores com os sujeitos investigados, visto que compartilham o mesmo ambiente escolar e possuem maior conhecimento sobre a realidade vivenciada por esses estudantes. Essa proximidade facilita a

aplicação dos questionários, a comunicação com os participantes e a compreensão das particularidades do contexto estudado, contribuindo para uma análise mais aprofundada e condizente com a realidade observada.

A opção pelo tema foi visando entender como a necessidade de ter essa renda é influenciada por uma fragilidade social que ocorre no meio em que vivemos. Nas situações de sala de aula e ambiente escolar, é possível observar estudantes que acabam enfrentando essa rotina cheia de ocupações e afazeres relacionados ao trabalho. Esse conjunto de afazeres leva os indivíduos a terem dificuldades em outras áreas da vida, sendo a mais afetada, vista pelo grupo, a da educação formal.

Tudo isso sendo notado como uma consequência de uma fragilidade em um meio social que não foi opção do jovem, mas sim, decorrente de injustiças sociais. Tal situação nos levou a querer compreender essa realidade no contexto do nosso campus, para que possamos, de algum modo, auxiliar a atenuar as dificuldades enfrentadas por esses estudantes trabalhadores.

O desenvolvimento desta pesquisa poderá ajudar a instituição a identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos que conciliam trabalho e a vida acadêmica no câmpus e podem subsidiar a instituição políticas de permanência do estudante, flexibilização dos horários, organização das atividades e programas de ajuda monetária. A coordenação pedagógica poderá trabalhar em como antecipar casos de evasão escolar e acompanhar os índices de falta, atraso, reprovação e/ou dificuldade no aprendizado. Já o corpo docente poderá pensar em outras estratégias de ensino e avaliação pensadas para os alunos que trabalham, identificar esses estudantes e ter uma compreensão mais ampla da realidade dos alunos trabalhadores.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

7.1 CONCEITO DE JUVENTUDE

A juventude pode ser compreendida como uma construção social, histórica e cultural, não se limitando apenas a uma faixa etária. Dessa forma, ser jovem envolve experiências sociais marcadas pelas condições econômicas, familiares, educacionais e culturais em que o indivíduo está inserido. Segundo Neves (2005), a juventude brasileira encontra-se diretamente

ligada às desigualdades sociais, sendo afetada por fatores como exclusão social, violência e dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Segundo Dayrell (2003), o conceito de juventude vai além da mera categorização etária. Para este autor, ser jovem não é apenas uma questão cronológica, mas sim uma construção social que envolve aspectos culturais, políticos e psicológicos.

O conceito de juventude no mercado de trabalho:

Acreditamos que a adolescência não seja somente reflexo social, espelho da sociedade, mas que ela exista, influencie e sofra influência do meio. Ao concebermos sua existência e seus reflexos no âmbito social, estamos balizados pela concepção psicanalítica de constituição subjetiva. (Moreira; Rosário; Santos, 2011, p. 458).

Nesse contexto, a juventude não deve ser compreendida apenas como uma etapa biológica ou uma faixa etária específica, mas como uma construção social e cultural que assume diferentes significados de acordo com o contexto histórico e as experiências vividas pelos indivíduos (Dayrell, 2003).

Para Dayrell (2003), os jovens são sujeitos sociais que constroem suas identidades por meio das relações que estabelecem em seu cotidiano, sendo influenciados por fatores culturais, econômicos e sociais que moldam suas formas de viver e interpretar o mundo.

7.2 CONCEITO DE TRABALHO

Trabalho possui diversos significados e, em algumas culturas, o trabalho é visto como um “castigo”, assim como é expresso em seu próprio nome. Segundo Iennaco (2020), trabalho deriva da palavra “*tripalium*” que por sua vez procede do termo “*tripaliare*”, que significa tortura em latim. A ideia do trabalho como algo ruim surgiu pela influência bíblica, principalmente do Antigo Testamento, no qual o trabalho era definido como uma consequência do pecado.

Por outro lado, nos tempos atuais, o trabalho pode ser compreendido como uma atividade importante na vida das pessoas, não apenas por possibilitar uma remuneração, mas também por contribuir para a construção da identidade, da responsabilidade e dos projetos de vida. Segundo Rizzo e Chamon (2010), o trabalho pode estar relacionado à busca por autonomia e reconhecimento social.

O significado do trabalho vai além da obtenção de renda, envolvendo também aspectos sociais e pessoais. Para os jovens, a experiência laboral pode representar uma forma

de aprendizagem e de preparação para a vida adulta, embora seja importante também que o trabalho não prejudique outras dimensões fundamentais dessa etapa, como a educação e o desenvolvimento pessoal (Chamon; Rizzo, 2010).

Para a realização da presente pesquisa será considerado o trabalho remunerado realizado em empresas, abrangendo tanto aqueles com registro formal quanto aqueles sem registro formal. Essa classificação será utilizada para identificar os estudantes que conciliam atividades de trabalho com os estudos e analisar as possíveis dificuldades enfrentadas nessa conciliação, principalmente os jovens em situações de vulnerabilidade social que necessitam dessa renda.

7.3 VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social é e vem sendo principalmente nos dias atuais, usada como conceito em estudos de diversas áreas. Diante disso, é importante conceituá-la e deixar claro do que se trata (Scott; Prola; Siqueira; Pereira, 2018). Conforme aponta MGN Consultoria (2025), a vulnerabilidade social trata-se da condição, que vai além de dinheiro, em que o indivíduo ou grupo de indivíduos enfrenta dificuldades de acesso a direitos básicos e também para lidar com situações de risco. Ela insere o sujeito em um cenário de fragilidade e é ocasionada devido a exclusão social, vai muito além de condições financeiras.

A vulnerabilidade social é constituída por nuances que mostram também a falta de eficácia e eficiência para resolvê-la. (Scott; Prola; Siqueira; Pereira, 2018). Conforme aponta Ximenes (2026), a vulnerabilidade social tem como principais causas: viver em um local com alto índice de violência ou sem saneamento, falta de apoio governamental em momentos de crise, ter escola ou postos de saúde ruins ou distantes, sofrer preconceito por cor, idade, gênero ou deficiência, etc.

7.4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JUVENIL

A precarização do trabalho juvenil ocorre quando jovens são inseridos no mercado em condições instáveis, com baixos salários, poucos direitos trabalhistas e dificuldades para conciliar emprego e estudos. Segundo Borges e Silva (2010), os jovens apresentam maior vulnerabilidade no mercado de trabalho quando comparados aos adultos, enfrentando maiores índices de desemprego e dificuldades de acesso ao primeiro emprego.

O estudo de Borges e Silva (2010) mostra que o estágio, inicialmente criado como ferramenta de formação profissional, passou a ser utilizado em muitos casos como forma de redução de custos para as empresas, transformando-se em mecanismo de precarização do trabalho juvenil. Muitas organizações passaram a utilizar estagiários como mão de obra barata, retirando o caráter educativo da atividade. Borges e Silva (2010), investigando universitários, também trazem alguns dados que reforçam essa situação: cerca de 35% dos jovens universitários ocupados não contribuem para a previdência, comprometendo a proteção social futura; a jornada média de trabalho era de 36 horas semanais, chegando a uma mediana de 40 horas, carga considerada incompatível com a rotina de estudos de muitos jovens; Aproximadamente 40% dos jovens universitários investigados estavam em ocupações precárias e sem proteção social; Os jovens apresentavam alta rotatividade no emprego, reduzindo oportunidades de crescimento profissional e estabilidade.

Outro aspecto importante é que muitos jovens ingressam no ensino superior particular e precisam trabalhar para custear seus estudos. Essa necessidade econômica aumenta sua vulnerabilidade, levando-os a aceitar condições desfavoráveis de trabalho. Dessa forma, a pesquisa evidencia que a tentativa de conciliar estudo e trabalho muitas vezes ocorre em condições precárias, afetando a qualidade da formação acadêmica e aumentando desigualdades sociais (Borges; Silva, 2010).

Diante da necessidade de trabalhar mais cedo, os jovens formam a mão de obra excedente, barata e vulnerável a ser explorada, o que serve estrategicamente para as engrenagens do sistema capitalista e suas necessidades no processo econômico. (Harvey, 1992 *apud* Lopes; Lehfeld, 2019 p. 506)

Segundo Oliveira (2018), a precarização do trabalho juvenil está fortemente ligada às desigualdades sociais e às dificuldades encontradas pelos jovens para conciliar estudo e trabalho. Muitos jovens ingressam precocemente no mercado de trabalho devido à necessidade econômica familiar, o que frequentemente ocorre em condições instáveis e com baixa qualidade profissional.

Os dados apresentados no estudo de Ramon de Oliveira (2018) mostram que a vulnerabilidade social influencia diretamente esse processo. Cerca de 70% dos jovens entre 15 e 17 anos pertenciam a famílias com renda inferior a um salário mínimo per capita, e

aproximadamente 40% viviam com menos de meio salário mínimo por pessoa. Essa situação faz com que muitos jovens precisem trabalhar cedo para complementar a renda familiar.

O trabalho precoce afeta diretamente a permanência escolar. De acordo com Ramon de Oliveira (2018), mais de 76% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos abandonaram a escolarização sem conseguir conciliar trabalho e continuidade dos estudos. Além disso, muitos ingressam no mercado sem concluir a educação básica, o que reduz suas oportunidades futuras.

Para melhor interpretação de como acontece a conciliação entre estudo e trabalho, foram analisados dados do PNAD referentes a jovens que se dedicam a atividades, trabalhando meio período, considerando a faixa etária, o sexo, a raça, a distribuição de renda e a situação de domicílio: a proporção de jovens que trabalham meio período e estudam, na faixa etária de 15 a 17 anos, aumentou em 9,2% no período de 2006 a 2013. Em 2013, 43,1% dos jovens de 15 a 17 anos estudavam e trabalhavam meio período (Silva; Macedo; Figueiredo, 2015).

7.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022 *apud* Pinusa, 2023), cerca de 8 milhões de estudantes no Brasil, na faixa etária de 15 a 29 anos, estudam e trabalham. Esses jovens representam 15,7% da população e parte deles tem como motivação para trabalhar a necessidade de uma renda para sobreviver. No entanto, é difícil para muitos desses jovens a conciliação das duas tarefas. Estudar e trabalhar simultaneamente pode acarretar diversos problemas, como a sobrecarga, que faz com que indivíduos nessas situações tenham mudanças físicas e emocionais e o ambiente acadêmico torne-se um provocador de sofrimento psíquico (Luz, 2025). Além disso, o Centro de Referências em Educação Integral (2025) reforça a desconexão entre o mercado de trabalho e sistema educacional, forçando os jovens a escolher um emprego precário, ou subemprego e os estudos.

Para equilibrar essas circunstâncias, o governo brasileiro tem uma série de políticas públicas que visam o bem estar do jovem estudante e trabalhador. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no Brasil, os jovens que trabalham formalmente são considerados aprendizes e devem receber uma formação técnico-profissional. Além do mais, têm direitos garantidos por lei; somente a partir dos 14 anos é que o jovem pode

começar a trabalhar. Seu trabalho deve ser compatível com a formação no ensino regular, colocando os estudos em primeiro lugar. O vínculo trabalhista também deve seguir todos os direitos trabalhistas e tem restrições para adolescentes, como insalubridade, trabalho noturno, realização de atividades em locais ou horários prejudiciais à sua formação, desenvolvimento e frequência escolar, etc. (Brasil, 1990, arts. 60, 62, 63, 65 e 67).

Todos esses direitos garantidos pelo ECA (Brasil, 1990) encontram amparo legal na Lei nº 10.097/2000 (Brasil, 2000). Esta lei alterou normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer o contrato de aprendizagem que, como dito anteriormente, foca na formação técnico-profissional do jovem e prioriza os estudos (Brasil, 2000).

Sendo assim, o governo federal atua formulando e executando políticas públicas, as quais são programas criados para garantir direitos e solucionar problemas da sociedade, em áreas como educação. O principal objetivo é promover o bem-estar coletivo, o desenvolvimento da população e a equidade, ou seja, oferecer mais recursos a quem mais precisa para garantir a mesma qualidade de aprendizado a todos os alunos, como é citado o direito à Educação na Constituição Federal (Brasil, 1988).

A assistência estudantil engloba programas governamentais e institucionais que garantem a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Plano Nacional de Educação, gerenciado pelo Ministério da Educação, oferece o Pé-de-Meia, um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2026a). Este programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. É um dos incentivos mais importantes para reduzir a desigualdade social entre os jovens, estimulando o foco e a permanência nos estudos.

De acordo com Brasil (2026b), o Bolsa Família é um programa que auxilia a cessar a pobreza e complementar a renda, até que a família consiga ter mais liberdade e estabilidade econômica. Este plano concede alguns benefícios como: Benefício de Renda de Cidadania (BRC), no valor de R\$ 142,00 para cada membro da família, Benefício Complementar (BCO), com valor inferior a R\$ 600,00 e também o Benefício Variável Familiar (BVF), no valor de R\$ 50,00 que inclui crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos. Entretanto, conforme Brasil (2026b), para conseguir receber o Bolsa Família é preciso solicitar a inscrição no Cadastro Único, sendo necessário renda mensal de, no máximo, R\$218,00.

É possível compreender que o programa Bolsa Família auxilia na situação econômica familiar, trazendo maior estabilidade e oportunidades para todos os membros. Desse modo, diminui a pressão dos adolescentes de procurar emprego para contribuir com as despesas da casa. O que contribui para que eles se dediquem mais aos estudos e não tenham esta barreira que os impede de focar totalmente em uma das atividades. Conforme Brasil (2025), uma das condições exigidas para continuar recebendo o Bolsa Família é a frequência mínima de 75% para estudantes de 6 a 18 anos que não tenham concluído a educação básica. Isso mostra que este programa fortalece o direito à educação, auxiliando na diminuição da evasão escolar e do foco nos estudos.

8 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizará uma abordagem quantitativa e qualitativa, cujo objetivo será inicialmente identificar quantos são os estudantes que praticam atividades laborais e, posteriormente, verificar quais são as dificuldades enfrentadas por eles na conciliação entre trabalho e estudos.

8.1 PÚBLICO ALVO

Como público alvo, teremos os próprios estudantes do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul - Centro, mais especificamente os estudantes da 1ª a 6ª fase dos dois cursos técnicos integrados ao ensino médio (Química e Modelagem do Vestuário). A escolha por esse público se deve à facilidade de acesso a esses estudantes, tornando a pesquisa mais viável.

8.2 FERRAMENTAS

Como ferramenta de pesquisa, utilizaremos um questionário, que será elaborado pelo próprio grupo, e aplicado posteriormente via Formulários Google (primeiramente em modo piloto, e depois em definitivo). Nesse questionário, pretendemos identificar quais são os estudantes trabalhadores do Campus, e investigar quais são as dificuldades enfrentadas por eles para conciliar os estudos e o trabalho. Além disso, pretendemos, com esse questionário, conhecer um pouco sobre a situação socioeconômica desses estudantes e os reais motivos que os levam a trabalhar. Ou seja, o intuito é que esse instrumento nos possibilite obter dados concisos para atingirmos os nossos objetivos nesta pesquisa.

8.3 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, será aplicado, apenas numa das turmas mencionadas, um questionário teste (piloto) por meio de um formulário do Formulários Google, para avaliar previamente este nosso instrumento de pesquisa e, se necessário, realizar os possíveis ajustes nele. Posteriormente, faremos a aplicação definitiva do questionário aos estudantes da 1ª a 6ª fase dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Química e Modelagem do Vestuário do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul – Centro.

Para isso, os pesquisadores entrarão nas salas de aula, apresentarão brevemente a pesquisa e realizarão o convite para a participação dos estudantes, de forma voluntária. Em seguida, será disponibilizado o link do questionário online, para que os participantes possam acessá-lo, via celular, e respondê-lo.

Após o período de aplicação, as respostas obtidas serão organizadas e analisadas pelo grupo. Os dados quantitativos serão utilizados para identificar a quantidade e a proporção de estudantes que realizam atividades laborais, bem como outras informações relevantes obtidas por meio do questionário. As respostas relacionadas às dificuldades e experiências dos estudantes serão analisadas e discutidas de forma qualitativa, buscando identificar os principais desafios enfrentados na conciliação entre trabalho e estudos. Em ambas as análises, será consultada a literatura mais recente acerca do assunto para que possamos discutir com maior profundidade os dados que obtivermos.

9 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Os quadros 1 e 2 apresentam os cronogramas de trabalhos que serão desenvolvidos pela equipe de pesquisadores.

Quadro 1: Cronograma de atividades do segundo semestre de 2026.

2026.2					
ATIVIDADES	MESES				
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Revisão do projeto de pesquisa a partir das considerações da banca	X				
Revisão da bibliografia	X	X	X	X	X

2026.2					
Elaboração do questionário	X	X			
Aplicação do questionário piloto em apenas uma turma		X			
Análise e revisão do questionário piloto			X		
Aplicação do questionário para as turmas da 1ª à 6ª fase			X		
Análise parcial dos dados coletados			X	X	
Escrita do relatório parcial				X	X

Quadro 2: Cronograma de atividades do primeiro semestre de 2027.

2027.1						
ATIVIDADES	MESES					
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Revisão do relatório parcial a partir das considerações da banca	X					
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X
Análise de relação entre dados da pesquisa	X	X	X	X		
Produção do relatório final		X	X	X	X	
Apresentação do relatório final						X

REFERÊNCIAS

BORGES, Ângela Maria Carvalho; SILVA, Magda Cibele M. S. O estágio: mecanismo de mercado de trabalho ou de precarização do trabalho juvenil? *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 6., 2010, Cidade do México, MX. **Anais [...]**. Cidade do México, MX, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299595096_Angela_Maria_Carvalho_Borges_y_Magda_Cibele_MS_Silva_O_estagio_mecanismo_de_mercado_de_trabalho_ou_de_precarizacao_do_trabalho_juvenil_Brasil. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943]. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pé-de-Meia**. Brasília, 2026a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Comprovar cumprimento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/comprovar-cumprimento-das-condicionalidades-da-educacao-o-do-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 5 jun. 2026.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Next Generation Brasil: pesquisa mapeia demandas e percepções das juventudes**. 14 nov. 2025. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/next-generation-brasil-pesquisa-mapeia-demandas-e-percepcoes-das-juventudes/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zG4cCwx6qVSHrqTVP3v6DQ/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

IENNACO, Luiz Antônio. trabalho não é castigo. **Jusbrasil**, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/trabalho-nao-e-castigo/855102489>. Acesso em: 17 ago. 2026.

LOPES, Douglas Goulart; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Reflexões sobre a juventude frente a precarização da educação e trabalho. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. Ribeirão Preto, n. 7, p. 501-513, out. 2019. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1635>. Acesso em: 5 jun. 2026.

LUZ, Andréa Aparecida da. **Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: doi.org. Acesso em: 7 jun. 2026.

MGN consultoria. Vulnerabilidade social: conceito, causas e como organizações atuam. Disponível em: <<https://mgnconsultoria.com.br/vulnerabilidade-social/>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano do; SANTOS, Alessandro Pereira dos. Juventude e adolescência: considerações preliminares. **PSICO**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 457-464, out./dez. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/8943/7450>. Acesso em: 7 jun. 2026.

NEVES, Fernando Lima das. Juventude e vulnerabilidade social. **Plural**, São Paulo, v. 12, p. 47-56, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75671>. Acesso em: 7 jun. 2026.

OLIVEIRA, Ramon de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 79-98, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgWjxC/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PINUSA, Samuel. Jovens que estudam e trabalham falam sobre a rotina para conciliar a escola e o emprego: 'A gente precisa fazer esse sacrifício'. **g1**, Ceará, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/noticia/2023/11/17/jovens-que-estudam-e-trabalham-falam-sobre-a-rotina-para-conciliar-a-escola-e-o-emprego-a-gente-precisa-fazer-esse-sacrificio.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2026.

RIZZO, Catarina Barbosa da Silva; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2010. Disponível em: Acesso em: https://www.scielo.br/j/tes/a/NqhJ8QsN8zBfszznRz9tSFK/?lang=pt&utm_source=. Acesso em: 17 ago. 2026.

SCOTT, Juliano Beck et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, v. 24, n. 2, p. 600–615, 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade; MACEDO, Debora M. B.; FIGUEIREDO, Marina M. A. Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira. **Organização Internacional do Trabalho (OIT); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/577f028f-30b1-4ff8-bd14-4412be3733d0>. Acesso em: 6 jun. 2026.